

## **A Comissão do Impeachment na Rede: o Histórico das Narrativas Políticas Sobre o Impedimento de Dilma Rousseff no Twitter<sup>1</sup>**

Veronica Aparecida Ribeiro HAACKE<sup>2</sup>  
Fábio Gomes GOVEIA<sup>3</sup>

Universidade Federal do Espírito Santo, Ufes

### **RESUMO**

O processo de impeachment da presidente Dilma iniciado em 2015 foi um dos temas mais frequentes na rede online. Muitas informações, matérias, posicionamentos e discursos acerca dessa temática foram compartilhados nos sites de redes sociais. Este artigo se propõe a analisar como foram esses discursos compartilhados pelos deputados integrantes da comissão de impeachment. Para isso, foi analisado o histórico do procedimento e estabelecida uma relação entre os deputados da comissão, sua participação na rede do Twitter e seu posicionamento perante ao impedimento da presidente.

**PALAVRAS-CHAVE:** internet; sites de redes sociais; twitter; políticos; impeachment.

### **INTRODUÇÃO**

Desde o surgimento da Web 1.0 mudanças no espaço comunicacional começaram a ser mais frequentes. Com a web a comunicação, que antes era um-todos (centralidade do meio de transmissão de informação, como exemplo jornal), passa a também ser lugar de todos-todos (qualquer um que possua as ferramentas básicas para a publicação de informação pode compartilhá-la para os demais usuários da internet). Isso ocorre devido sua ideia de homepage, em que qualquer um que domine a linguagem HTML pode criar seu canal de comunicação que possa abranger a um maior público. É durante a Web 1.0 que ocorre o surgimento de muitos veículos independentes que serviram de base para o jornalismo online posteriormente.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 05- Rádio, TV e Internet do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 07 a 09 de julho de 2016.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Ufes, email:[veronica.rhaacke@gmail.com](mailto:veronica.rhaacke@gmail.com)

<sup>3</sup> Professor adjunto efetivo do Curso de Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenador do Laboratório de Estudos em Imagem e Cibercultura. Orientador do artigo. E-mail: [fabioqv@gmail.com](mailto:fabioqv@gmail.com).

É isso, num contexto em que a comunicação só era possível usando o dispositivo de massa um-muitos (Levy, 2003), provocou transformações importantes na sociabilidade contemporânea. No campo das publicações editoriais, foi a partir da web que um conjunto importante de veículos independentes passou a ter um público mais abrangente e global. (MALINI; ANTOUN, 2013)

Com o avanço da web surge a Web 2.0, que tem como principal diferença a mudança de homepage para timeline. A internet se torna mais colaborativa e com a reunião de várias publicações dos usuários que estão interconectados em apenas uma página. O usuário passa a ser um perfil, que é criado e constituído de forma online. Criam-se os sites de redes sociais que vão estabelecer novas relações na rede online, mas também vão fortalecer os vínculos que já existem no modo offline – redes sociais. Assim, a conversação passa a ser mediada pelo computador (Recuero, 2009). A conversação online, muitas vezes, é uma extensão daquilo que já é dito e compartilhado no modo offline com sua rede social. Além disso, as trocas, conversações e interações dos perfis passam a ser visíveis, há a exposição pública de cada ator/ perfil e suas relações presentes nos sites de redes sociais.

Com o avanço das tecnologias e dos aparatos de dispositivos móveis, que permitem o usuário se conectar à internet em diversos lugares e possibilita o uso de aplicativos de redes sociais online, mais perfis e usuários se tornaram adeptos do uso dos sites de redes sociais, principalmente para estabelecer a comunicação rápida com seus amigos e demais usuários da rede. Além de serem uma alternativa de fonte de informação e divulgação de notícias, são também importante fonte para intensificar as redes sociais estabelecidas offline, e também facilitar que pessoas que não se conhecem presencialmente possam criar suas redes, laços e estabelecer relações online, como por exemplo pessoas públicas e a sociedade em geral.

Um exemplo dessa conexão facilitada é a rede estabelecida entre os políticos e seu eleitorado. É cada vez mais comum que os representantes políticos invistam em sua comunicação com a sociedade através dos sites de redes sociais, como o Twitter. Eles usam essa plataforma comunicacional como forma para se aproximar e interagir com os cidadãos, além de se tornar visível para a sociedade. Essa virou uma prática muito comum para fortalecer a imagem do político, com a sua prestação de contas para a sociedade, além de ser uma estratégia de comunicação para administrar sua imagem para os cidadãos. Os sites de redes sociais auxiliam o político tanto em seu momento de campanha como também na manutenção da sua relação com o eleitor, ela promove uma interação entre político e sociedade e também a participação da sociedade nas questões políticas.

A emergência de uma plataforma de comunicação com a capacidade de atuar sob uma lógica diferente daquela dos *mass media* tradicionais revigora as esperanças no que concerne ao emprego dos *media* para aperfeiçoar a democracia e a participação dos cidadãos. Isto ocorre, sobretudo, graças ao fato de que os *new media* (dos quais a Internet parece ser o exemplo de maior proeminência) podem adicionar novas possibilidades ao processo político, tais como maior interatividade, liberdade de discurso e publicação instantânea de conteúdos a baixo custo. (JAMIL, 2007)

Percebendo o uso intenso do Twitter pelos políticos, surge a proposta desse artigo: analisar as suas publicações, como interagem com seu público e como compartilham informações para a sociedade. Devido ao debate intenso sobre o processo de impeachment, iniciado em 2015, além da polêmica envolvendo a escolha da comissão avaliadora do processo, o recorte usado para essa análise foi a escolha dos deputados presentes na comissão do impeachment. Assim, foram coletados os tweets desses usuários para analisar como abordam a temática do impedimento em suas publicações, assim como o seu posicionamento em relação ao impedimento, a quantidade de processos que possui e o volume de suas publicações.

## **METODOLOGIA**

A análise apresentada nesse artigo foi desenvolvida por meio da aplicação de três métodos de pesquisa complementares: análise de conjuntura política, modelagem de tópicos e análise de dados.

Como etapa inicial da análise, foi realizado o estudo sobre o contexto político, assim como todo o processo que desencadeou o pedido de impeachment e seus desdobramentos. Foi estabelecido então um histórico que possibilitou o entendimento de todas as etapas do processo.

Após essa primeira etapa, foi construído um banco de dados composto por todos os membros da comissão do impeachment, os 65 deputados, sendo apontados os identificadores de suas contas no Twitter, ou seja, o link de cada página e seu ID. Isto foi realizado para permitir aplicação da coleta de dados (com o uso dos identificadores - IDs de cada membro da comissão) e melhor análise do posicionamento dos deputados frente à temática de estudo, impeachment.

Com o ID das contas dos 59 deputados presentes no Twitter (apenas 6 deputados não usam o site de rede social), foram coletados as últimas 3.200 postagens de cada deputado, que é o limite possível de coleta de dados por cada usuário no Twitter. Ao total,

chegou-se a um volume de 31.865 tweets postados pelos membros da comissão. Essa coleta foi possível através do *script Ford Parse*<sup>4</sup>, desenvolvido pelos pesquisadores Labic.

Posterior a coleta, foram filtrados, de forma automatizada (também com o uso de *Ford Parse*), os tweets de cada deputado que possuíam conteúdo diretamente associado às temáticas de impeachment. Nesse processo de filtragem, foi utilizado um conjunto de tags associadas ao assunto. Dessa maneira, foram selecionados do banco de dados apenas os tweets que tematizaram o impeachment.

Foram usados como filtro para as publicações os termos: teve golpe, tevegolpe, impeachmentjá, impeachmentdilma, mapadoimpeachment, golpenuncamais, globo golpista, globogolpista, não vai ter golpe, nãovaitergolpe, vem pra democracia, vemprademocracia, impeachment, tcu, pedalada, muda brasil, mudabrasil, defesa dilma, impedimento, renunciaja, renuncia dilma, renunciadilma, dilma golpista, dilmagolpista, proimpeachment, pt, psdb, pmdb, cunha, comissao, processo, membros comissão, ato pelo fim do pt, atopelofimdopt, em defesa do brasil, emdefesadobrasil, movimento brasil livre, mbl, movimentobrasillivre, oab, oabrepete64, golpista, vai ter luta, vaiterluta, antifascista, fora dilma, foradilma, intervencaoja, fora pt, forapt.

Ao final da filtragem automática e posterior revisão dos pesquisadores, chegou-se ao volume de 1263 tweets de 42 deputados presentes na comissão avaliadora do impeachment que estavam relacionados à temática de estudo.

Após a extração e a filtragem dos tweets, iniciou a etapa de modelagem de tópicos, ou *Topic Modeling*, que é uma metodologia que identifica temas semelhantes dentro de um conjunto de dados, para assim agrupá-los em categorias analíticas.

Através da modelagem de tópicos foi possível perceber quais os assuntos, dentro da temática impeachment, eram abordados pelos deputados. Ao total foram utilizadas 17 categorias analíticas de temas de acordo com a tabela abaixo.

<b>Categoria</b>	<b>Conteúdo</b>
Favor Impeachment	Publicações com o posicionamento favorável ao impeachment da presidente Dilma na Câmara dos Deputados.
Contra Impeachment	Publicações com o posicionamento contrário ao processo de impeachment da presidente Dilma na Câmara dos Deputados.
Informativo Impeachment	Publicações informativas sobre o processo de

<sup>4</sup>A mineração (MINE), a filtragem (SIFT) e a análise (PARSE) foram feitas a partir de diferentes scripts desenvolvidos pelo Labic e englobados num Wrapper em Python para automatização do processo.

	impeachment no geral, sem posicionamento favorável ou contrário por parte dos Deputados.
Comissão Impeachment	Publicações com informações sobre os trabalhos da comissão do impeachment na Câmara dos Deputados.
Manifestações	Publicações com informações, críticas e divulgação das manifestações contra impeachment e pró-impeachment.
Crítica a Cunha	Publicações de deputados com críticas as ações do presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha a frente de todo o processo de impeachment e do seu processo de cassação de mandato.
Pedaladas	Publicações com notícias e críticas as pedaladas realizadas pelo governo Dilma e a denúncia que levou a abertura do processo de Impeachment.
Corrupção	Publicações de deputados ligando a corrupção ao governo do PT e fazendo uma associação entre corrupção e financiamento de campanha.
Crítica ao PT	Publicações com posicionamento contrárias ao governo do PT nos últimos anos.
Crítica a Dilma	Publicações de deputados federais do PSDB criticando o governo do PT e a figura da presidente Dilma.
Desembarque do PMDB	Conteúdo referente ao rompimento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com a base do governo federal.
Defesa Lula	Publicação de deputados em defesa ou com informações favoráveis ao ex-presidente Lula.
Crítica Lula	Publicações com posicionamento crítico ao ex-presidente Lula.
Crítica a Mídia	Publicações com críticas a mídia sobre os noticiários ligados ao processo de Impeachment.
Crítica ao STF	Publicação crítica aos posicionamentos do ministro do STF Gilmar Mendes.
Defesa Dilma	Publicação com posicionamento favorável a presidente Dilma.
Crítica OAB	Publicação crítica a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Para incluir no banco de dados a quantidade de processos que cada deputado possui, foi utilizado a ferramenta Processinho no Senado<sup>5</sup>, visualização inspirada nos dados levantados pela Agência Lupa, junto à Transparência Brasil sobre as ocorrências na Justiça e/ou no Tribunal de Contas dos 80 Senadores que participaram da votação do impeachment

<sup>5</sup> O site permite a visualização das imagens de cada senador, organizadas da esquerda para a direita e de cima para baixo conforme a quantidade de ocorrências judiciais. Ao clicar em sua imagem, é possível ver o nome, os dados do parlamentar e qual seu voto em relação ao impeachment. Acesso em: <http://labc.net/processinhoSenado/>

da presidenta Dilma Rousseff nos dias 11 e 12 de maio. Esse site foi desenvolvido pelo pesquisador do Labic, Willian Lopes.

Após a construção completa do banco de dados, com o nome do deputado, partido filiado, posicionamento favorável ou contrário ao impeachment, quantidade de processos que possui e suas publicações, iniciaram-se os processos de análise dos dados.

## CONJUNTURA POLÍTICA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT

O processo do pedido de impeachment teve início em 2 de dezembro de 2015, com a aceitação do pedido pelo presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha. Porém, antes disso já havia movimentações para que a presidente fosse impedida de exercer seu cargo.

Para isso, retorna-se a 2014 quando Dilma Rousseff venceu a disputa do segundo turno das eleições que disputava com o candidato Aécio Neves. A sua vitória veio através de uma disputa acirrada, com 51,64% dos votos. Logo no início de 2015 foi realizada uma pesquisa do IBOPE para saber o índice de satisfação com o governo e com a presidente eleita. O resultado foi 9% de aprovação, até então, o mais baixo índice entre os presidentes. Além disso, a presidente logo no início de reeleição estava enfraquecida, devido às crises política e econômica do país. As insatisfações culminaram em atos contra o governo e contra Dilma, iniciados em março de 2015, e que pediam, dentre as demandas, a renúncia ou impeachment da presidente.

Em setembro de 2015 ocorre o primeiro pedido de impeachment por parte da oposição. Os argumentos usados como base ao processo são referências da existência de crime de responsabilidade por parte de Dilma, que citam o desrespeito com a lei orçamentária e a lei de improbabilidade administrativa. Somando-se a isso, estão as suspeitas de corrupção na Petrobrás, com desvios financeiros da estatal para pagamentos de propina, que incluem a campanha presidencial de Dilma e as *pedaladas fiscais*<sup>6</sup>, que segundo o Tribunal de Contas da União, fere a Lei de Responsabilidade fiscal.

Em dezembro de 2015 Eduardo Cunha aceita o pedido de impeachment redigido por Hélio Bicudo, com apoio do Movimento Brasil Livre e Movimento Vem pra Rua, além do apoio dos parlamentares e da sociedade civil. Seguindo essa aprovação, estabeleceu-se a necessidade de criar uma comissão especial para analisar o pedido de impedimento. O dia

---

<sup>6</sup> O governo não estava pagando aos bancos os programas sociais que financiavam, fazendo com que os bancos arcassem com as despesas, sem a compensação do governo. Situação de instabilidade econômica - governo estava gastando mais do que recebendo, e por isso estabeleceu essa relação com os bancos.

08 de Dezembro de 2015, dia da sessão na Câmara que decidiria os integrantes da Comissão Especial, foi marcado por confusões, como as danificações de cabines de votação e discussões entre deputados que apoiavam o impeachment e os contrários.

Para a escolha dos integrantes da comissão, o presidente da Câmara estabeleceu que seria através de votação secreta. Esse posicionamento gerou discussões entre os deputados de oposição e os deputados governistas. Os primeiros aceitaram a votação secreta, enquanto os governistas queriam transparência no voto, o que fez com que recorressem esse pedido ao STF. Posterior a isso, o ministro do STF, Edson Fachin, decidiu suspender o andamento do processo, incluindo a instalação da Comissão Especial. Além disso, foi decidido que a Comissão Especial só poderia ser formada por deputados indicados por líderes de partidos, sem chapas avulsas; que a eleição da comissão deveria ser por votação aberta; que a presidente Dilma Rousseff não precisaria ser ouvida nessa fase do processo e que o Senado tinha poder para rejeitar o processo, mesmo se ele for autorizado pela Câmara.

No dia 11 de dezembro Dilma enviou ao Superior Tribunal Federal um documento cuja finalidade era solicitar a anulação do pedido de Cunha à abertura do processo de impedimento e da votação para a escolha da Comissão Especial. Nesse documento a presidente também fez sua defesa, alegando não haver crimes de responsabilidade no Brasil. Ademais, justificou que o processo de impeachment deveria ser aberto no Senado, passando apenas pela aprovação na Câmara. A atitude da presidente fez com que deputados da oposição, no dia 15 de dezembro, entregassem um documento que comprovava a legalidade do rito de impeachment, adotado pela Câmara. Os opositores alegaram a impossibilidade do Senado arquivar um processo já iniciado na Câmara dos Deputados.

No dia 16, partidos da oposição e da base aliada manifestaram-se no STF sobre as questões da validade ao impedimento de Dilma. Contudo, no dia 17 de dezembro o STF, em sua maioria, decidiu a favor da possibilidade do Senado recusar a abertura de um processo de impeachment, mesmo depois dele ser autorizado pela Câmara.

Em fevereiro de 2016 o processo deu continuidade. Foram enviados ao STF os embargos de declaração com questionamentos sobre as decisões tomadas pela Corte em 2015. No dia 16 de março, entretanto, a maioria dos ministros do STF votou para que o processo de impedimento se mantivesse, reiterando as regras definidas em dezembro. As alterações seguiriam por não permitir chapas ou candidaturas avulsas, com votação aberta para a escolha dos membros da comissão (com a opção de cada deputado votar pela

aprovação ou rejeição da comissão formada por indicação dos líderes) e a permissão do Senado Federal instaurar um processo próprio, independente da decisão da Câmara.

A Câmara dos Deputados elegeu no dia 17 de março de 2016 a Comissão Especial de Impeachment, por meio de votação aberta com 433 votos favoráveis e apenas 1 contra. Assim, 65 titulares e 65 suplentes foram eleitos para integrar a comissão que analisaria o impedimento da presidente. No dia 18 de março a Ordem de Advogados do Brasil mostrou o seu posicionamento favorável ao impeachment da presidente. Esse posicionamento gerou polêmicas dentro da própria OAB, já que muitos membros não consideraram isso um posicionamento aceitável, pois tem o pensamento de que manobra é um golpe à democracia e que não há crimes de responsabilidade por parte de Dilma.

Em 21 de março o plano de trabalho da comissão foi apresentado pelo deputado Jovair Arantes, escolhido como relator do processo de Impeachment. No dia 31, Dilma realizou sua defesa perante a comissão, sendo representada por Nelson Barbosa e Ricardo Lodi Ribeiro, que enfatizaram não haver crimes de responsabilidade, uma vez que não houve manobras fiscais em seu segundo mandato (Barbosa enfatizou que só poderia entrar no processo o segundo mandato da presidente). Os dois sustentaram que as ações da presidente estavam de acordo com as exigências da TCU. Após esse posicionamento, houve tumulto entre os deputados opositores e os que apoiam o governo.

## ANÁLISES

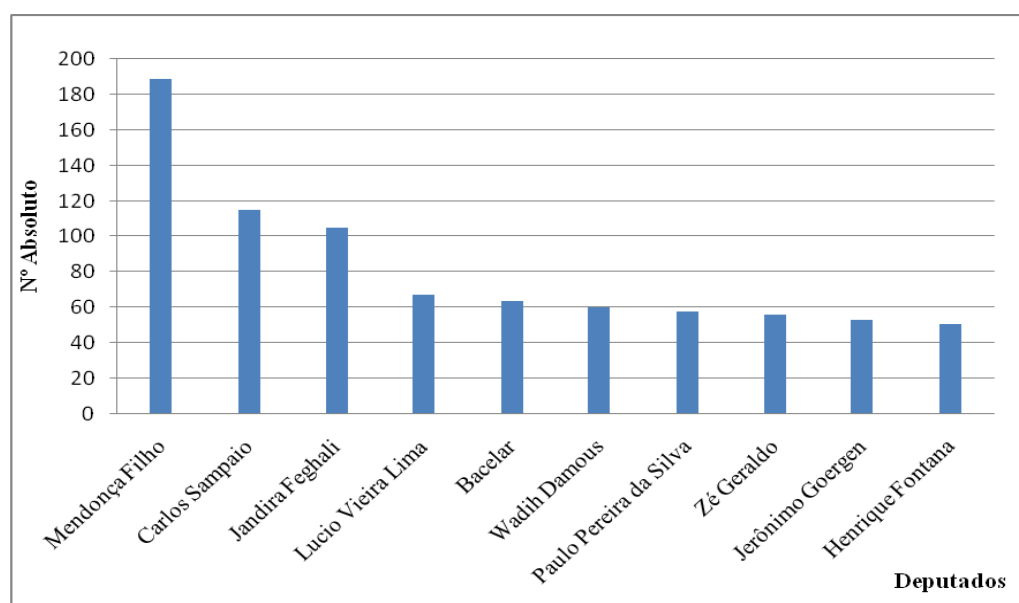
Para se observar o posicionamento dos deputados presentes na comissão do processo de impeachment e perceber quais são suas publicações no site de rede social Twitter, após os processos de extração e organização dos dados, foi realizado o processo de análise. Com o objetivo de buscar interpretações referentes ao deputado, seu posicionamento, a quantidade de processos que possui e as temáticas abordadas em suas publicações, foi elaborada uma tabela em que essas informações estivessem contidas. Como as temáticas de suas publicações eram variadas, a visualização em forma de tabela ficaria confusa. Sendo assim, foi decidido que seriam visualizadas de forma separada. A tabela seguinte foi a base para gerar e visualizar os próximos gráficos e análises. Ela está organizada pela quantidade de publicações de cada deputado, contendo a ordem de maior para menor quantidade de publicações.



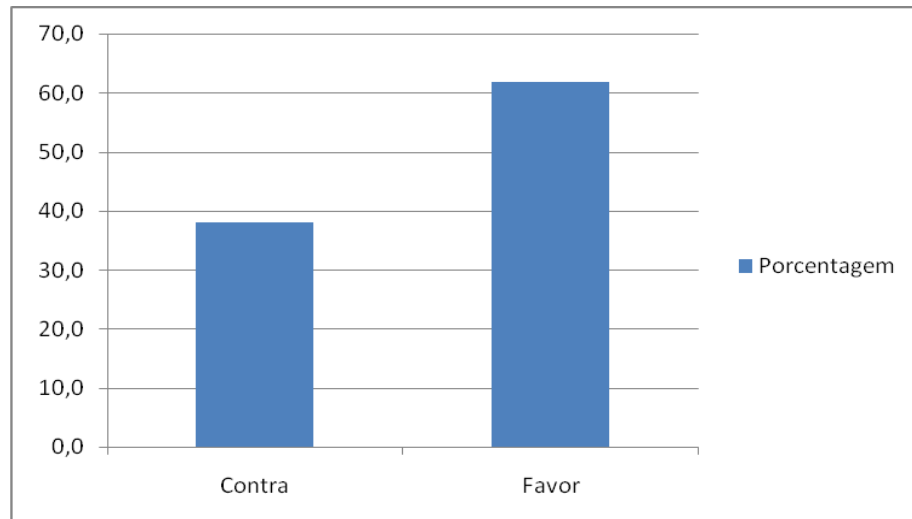
DEPUTADO	PUBLICAÇÕES	PROCESSOS	POSICIONAMENTO
Mendonça Filho	189	3	Favor
Carlos Sampaio	115	2	Favor
Jandira Feghali	105	0	Contra
Lucio Vieira Lima	67	1	Favor
Bacelar	64	8	Contra
Wadih Damous	60	0	Contra
Paulo Pereira da Silva	58	10	Favor
Zé Geraldo	56	0	Contra
Jerônimo Goergen	53	2	Favor
Henrique Fontana	51	0	Contra
Danilo Forte	49	5	Favor
Osmar Terra	44	3	Favor
Eduardo Bolsonaro	38	0	Favor
Benito Gama	37	1	Favor
Chico Alencar	37	0	Contra
Pr. Marco Feliciano	28	3	Favor
Fernando Francischini	28	2	Favor
Paulo Teixeira	26	2	Contra
Nilson Leitão	17	18	Favor
Vicente Candido	17	2	Contra
Ronaldo Fonseca	15	0	Favor
José Mentor	13	1	Contra
Bruno Covas	11	0	Favor
Paulo Abi-Ackel	11	0	Favor
Pepe Vargas	11	0	Contra
Shéridan	9	2	Favor
Luiz Carlos Busato	7	0	Favor
Marcos Montes	5	4	Favor
Alex Manente	5	2	Favor
Elmar Nascimento	5	0	Contra
Julio Lopes	4	1	Favor

Leonardo Picciani	4	1	Contra
Eros Biondini	4	0	Favor
Evair de Melo	4	0	Contra
Rodrigo Maia	4	0	Favor
Aliel Machado	3	0	Contra
Júlio Cesar	2	3	Favor
Mauro Mariani	2	1	Favor
Marcelo Aro	2	0	Favor
Junior Marreca	1	12	Contra
Maurício Quintella Lessa	1	2	Favor
Bebeto	1	0	Contra

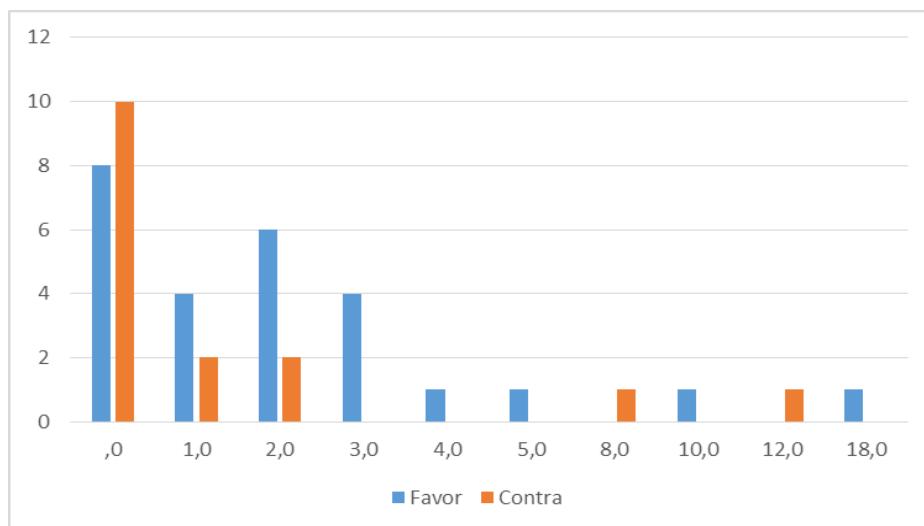
Dos 59 deputados membros da Comissão do Impeachment que possuíam conta no Twitter, 42 publicaram tweets a respeito da temática impeachment, totalizando 1.263 postagens. Dentre eles, os mais ativos foram: foram Mendonça Filho (14, 9%), seguido de Carlos Sampaio (9,1%) e Jandira Feghali (8,3%), conforme visto no gráfico abaixo.



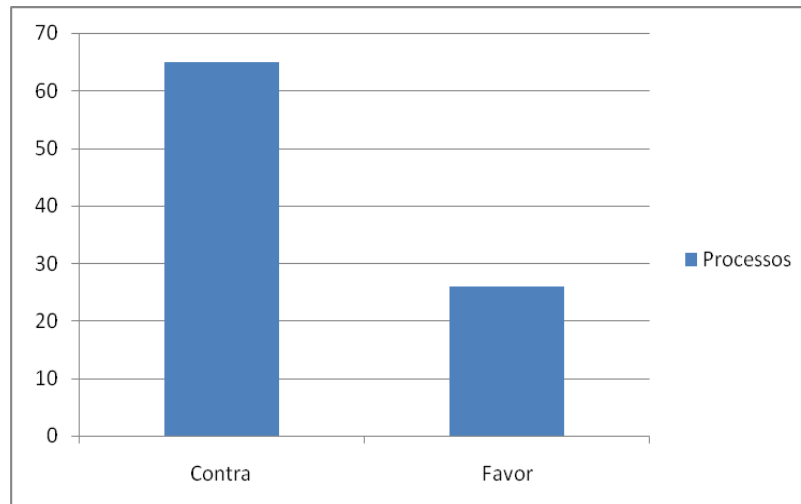
Dentre os deputados que mais tuitaram sobre a questão do impeachment, 60% se posicionam favorável na votação de continuidade do processo de impedimento da presidente Dilma. Foram esses deputados favoráveis ao impeachment que mais publicaram sobre o assunto no microblog, correspondendo a 61,9% do volume total de postagens, enquanto os que se posicionaram contra o processo totalizaram o valor de 38,1% de publicações.



O gráfico seguinte possui como dados a quantidade de deputados, separados pelo seu posicionamento e a quantidade de processos que possui. A partir de sua análise, percebe-se que o maior volume de deputados não apresenta nenhum processo, totalizando um total de 18 deputados, de ambos posicionamentos. De uma forma geral, é possível analisar que uma maior quantidade de deputados que se posicionam a favor do impedimento da presidente Dilma apresentam processos em seu histórico político, totalizando 18 deputados, enquanto apenas 6 deputados que se posicionam contrários ao impeachment apresentam processos.



Quando analisado o total de processos que somam 91, percebe-se que 65 dos processos são de deputados favoráveis, enquanto 26 processos são de deputados contrários ao impeachment.



Com base na análise das temáticas mais frequentes entre as publicações dos deputados, é possível perceber que a categoria Favor Impeachment, que contém publicações de deputados favoráveis ao impeachment, concentra 380 publicações. Isso pode ser justificado devido a uma maior quantidade de publicações de deputados desse posicionamento em todo o volume de dados. Posteriormente, “Contra Impeachment” com 217 publicações de deputados com o posicionamento contrário ao impedimento, seguido das categorias “Informativo Impeachment” com 175, “Comissão Impeachment” com 141 e “Manifestações” com 131 publicações de deputados a favor e contra o impeachment da presidente.

<b>Categoria</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Favor Impeachment	380	30
Contra Impeachment	217	17,1
Informativo Impeachment	175	13,8
Comissão Impeachment	141	11,1
Manifestações	131	10,3
Crítica a Cunha	58	4,5
Pedaladas	54	4,2
Corrupção	32	2,5
Crítica ao PT	26	2
Crítica a Dilma	13	1
Desembarque do PMDB	13	1
Defesa Lula	8	0,6
Crítica Lula	6	0,4
Crítica a Mídia	4	0,3
Crítica ao STF	2	0,1
Defesa Dilma	2	0,1
Crítica OAB	1	0,07

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações comunicacionais fizeram com que novas práticas fossem abordadas e que novas relações fossem estabelecidas. O modo online se tornou importante meio para que se intensificasse as relações do modo offline e também facilitou para que novas relações se estabelecessem, como o caso de redes criadas no modo online. Essa mudança nas conversações, que passaram a também ser mediadas pelo computador, fez com que muitas figuras públicas começassem a criar as suas redes no modo online, para assim, se fazer visíveis e também se relacionar com a sociedade, como é o caso dos perfis dos políticos nos sites de redes sociais.

Quando analisados os perfis dos deputados presentes na comissão do impeachment, recorte dado para esse artigo, percebe-se a importância do uso do Twitter para estabelecer suas relações com a sociedade: de 65 deputados, 59 possuem conta ativa no microblog, onde publicam questões políticas, notícias, acordos, posicionamentos e também sobre os eventos políticos que participam.

Além disso, é possível perceber que a comissão foi formada principalmente por deputados que se declaram favoráveis ao processo de impedimento da presidente Dilma. Em um total de 42 deputados analisados, 26 se declararam favoráveis ao impeachment, enquanto 16 são contrários. Com isso, pode-se interpretar que houve um maior compartilhamento de informações e publicações favoráveis ao impeachment, tendo mais força nas redes o discurso pró impeachment. Contudo, é possível perceber que alguns deputados que declaram seu posicionamento contrário ao impedimento marcaram presença intensa nas redes, com grande quantidade de publicações acerca da temática impeachment e se destacaram entre os dez deputados que mais publicaram.

Por fim, é possível perceber que a polêmica envolvendo a escolha da comissão do impeachment e a seleção dos deputados, que levantou como questão a corrupção dos deputados, pode ser comprovada por essa análise, já que grande parte dos deputados, sejam eles de posicionamento contrário ou favorável ao impedimento, possuem processos em seu histórico. Em um total de 42 deputados analisados, 24 deputados apresentam processos, validando assim os questionamentos de que seria válido deputados com histórico de corrupção decidirem o impedimento da presidente que também sofria acusações de corrupção em seu governo.

## REFERÊNCIAS

MALINI, F.; ANTOUN, H. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

RECUERO, R. Diga com quem falas e dir-te-ei quem és: a conversação mediada pelo computador e as redes sociais na internet. Revista Famecos, Porto Alegre, n 38, p 118 – 128, 2009

JAMIL, F. Internet e oportunidades de participação política – um exame dos websites de senadores brasileiros e norte-americanos. Revista Fronteiras – estudos midiáticos, São Leopoldo, vol. IX, n 3, p 155 – 164, 2007

JAMIL, F.; SAMPAIO, R. Internet e eleições 2012 no Brasil: rupturas e continuidades nos padrões midiáticos das campanhas políticas online. Revista Galáxia, São Paulo, n 22, p 208 – 221, 2011.

JAMIL, F.; AQUINO, J.; MIOLA, E. Parlamentares, representação política e redes sociais digitais: perfis de uso do Twitter na Câmara dos deputados. Opinião Pública, Campinas, vol. 20, n.2, p 178 – 203, 2014